

## **Generalidades**

### **Artigo 1.º - Disposições gerais**

A EEP Associação dos Engenheiros Eletrotécnicos de Portugal, adiante designada por **AEE - Academia dos Engenheiros Eletrotécnicos** ou simplesmente **AEE**, é uma pessoa coletiva de direito privado, que no exercício da sua atividade, desempenha funções, incluindo a defesa dos interesses dos seus Membros, de forma independente das Ordens Profissionais, sendo livre e autónoma nas suas atividades.

### **Artigo 2.º - Natureza e sede**

1. A AEE é uma associação privada, sem fins lucrativos, representativa dos Diplomados de Engenharia Eletrotécnica e dos Estudantes de Engenharia eletrotécnica que se rege pela lei, pelo presente estatuto e demais regulamentos quando existam.
2. A AEE tem sede no Porto, podendo ser mudada para qualquer localidade do território nacional, mediante deliberação da assembleia geral. A AEE poderá estabelecer as delegações que entender conveniente.

### **Artigo 3.º - Objeto social e duração**

1. A AEE tem por objeto social reunir a comunidade dos Diplomados de Engenharia Eletrotécnica e Estudantes, com formação em Portugal e na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa CPLP, para:
  - a. Promover a cooperação e solidariedade entre os Engenheiros eletrotécnicos, nomeadamente no campo profissional, científico, social e cultural.
  - b. Prestar serviços na área consultiva, projeto e formação através dos respetivos Núcleos de Trabalho sob aprovação da Direção.
  - c. Promover a engenharia eletrotécnica e os Eletrotécnicos, nomeadamente, através de encontros nacionais e outros eventos a realizar pelo Núcleo de Trabalho respetivo.
  - d. Desenvolver intercâmbios com associações e entidades congéneres, nomeadamente na área da engenharia eletrotécnica.
  - e. Valorizar, promover e defender os interesses dos seus Membros.
  - f. Desenvolver intercâmbios com associações e entidades, nacionais e internacionais, na área da engenharia eletrotécnica.
2. A AEE durará por tempo indeterminado.

## **Associados**

### **Artigo 4.º - Admissão de Associados**

1. O pedido de admissão a membro Associado será efetuado através de formulário eletrónico na página da internet da AEE sempre que acessível ou em alternativa em modelo de papel que será disponibilizado para o efeito.
2. O pedido de admissão só é efetivo para apreciação após pagamento da taxa de inscrição.
3. A admissão quando aceite implica que o novo Membro Associado fica obrigado ao pagamento da quota na proporção do número inteiro de meses que faltarem para completar o ano em curso, tendo 60 dias para o fazer.

### **Artigo 5.º - Comissão de Admissão**

1. A AEE dispõe de uma comissão de análise e deliberação sobre a admissão dos proponentes a Membros Associados.
2. A Comissão será composta pelo Presidente da Direção e dois Membros dos Órgãos Sociais, no total de três, podendo haver Suplentes para suprir indisponibilidade de algum dos Elementos da Comissão.
3. A Admissão ou recusa do novo Membro fica decidida pelos votos de 2/3 da Comissão e do voto do Presidente da Direção e deverá respeitar os critérios enunciados no presente estatuto.
4. Na comissão de admissão o Presidente da Direção pode delegar no Vice-Presidente o seu voto e deliberações a tomar.
5. A Comissão dispõe de 2 meses para analisar e deliberar sobre a admissão do novo Membro.
6. No caso de recusa do proponente a membro da AEE a Comissão deve no prazo mais curto possível notificar o interessado da recusa de admissão e das razões da sua decisão.
7. No caso de deliberação da Comissão, ferida de ilegalidade estatutária, e a pedido do interessado, pode ser levada à Assembleia geral ou extraordinária para ser discutida e ratificada. A deliberação aprovada em assembleia revoga a deliberação anterior.

### **Artigo 6.º - Admissão e classificação dos Associados**

Os Membros são classificados em Efetivos, Estudantes e Honorários.

1. A admissão como **Membro Associado Efetivo** depende da titularidade de Diploma de curso de Engenharia eletrotécnica, o qual deverá ser

comprovado por procedimento a indicar pela AEE e quando for solicitado.

2. A admissão de **Membro Associado Estudante** depende de inscrição em curso de Engenharia eletrotécnica, o qual deverá ser comprovado por procedimento a indicar pela AEE e quando for solicitado.
3. Pode ser admitido na qualidade de **Membro Associado Honorário** Pessoa ou Entidade pela contribuição ou interesse que lhe seja reconhecido pela AEE
4. O Proponente adquire a qualidade de Membro Associado efetivo após receber comunicação da sua aceitação e número de inscrição, ficando a partir desse momento obrigado ao pagamento da quota anual estipulada.

#### **Artigo 7.º - Número de Membro Associado**

1. Será atribuído a todos os Membros um número de Associado que o identifica junto da AEE podendo esse número estar associado a uma categoria especial de antiguidade.
2. Com o objetivo de premiar os primeiros 300 membros da AEE, atribui-se aos respetivos números a seguinte categoria:

Do número	Ao número	Categoria Número de Associado
1	50	Ouro
51	150	Prata
151	300	Bronze
Superior a 300		Não aplicável

3. Os Membros Associados com número superior a 300 são possuem categoria especial.

#### **Artigo 8.º - Direitos e deveres dos Membros Associados**

1. Os Membros Efetivos podem participar nas atividades da AEE, intervir e votar nas assembleias gerais, eleger e ser eleitos para o desempenho de funções na AEE, intervir e participar nos Núcleos de Trabalho, utilizar os serviços oferecidos pela AEE.
2. Os Membros Estudantes e Honorários gozam dos direitos de participar e intervir nas atividades da AEE mas sem direito a voto.
3. Os Membros que tenham o pagamento das suas quotas atrasado mais do que 3 (Três) meses ficam suspensos, até regularização dos débitos, dos seus direitos de Membro Associado, nomeadamente o direito de voto, participação nos Órgãos Sociais, participação Núcleos de Trabalho e demais funções que lhe tenham sido atribuídas.

**Artigo 9.º - Exclusão de Membros Associados**

1. Haverá lugar à exclusão do Membro Associado sempre que:
  - a. Se comprove a existência de falsas declarações no processo de admissão ou sejam detetadas inverdades que ponha em causa a transparência das intenções e a condição do Membro em causa;
  - b. Viole, por forma grave ou reiterada, as disposições dos estatutos, deliberações da Assembleia Geral, regras de boa conduta ou as Leis;
  - c. Promova ou difame deliberadamente a AEE ou os seus Membros;
  - d. Se recuse a desempenhar os cargos sociais para que haja sido eleito salvo se comprovada a sua inequívoca impossibilidade;
2. Compete à Direção da AEE ouvir o Membro visado, caso este queira, analisar e deliberar sobre a sua exclusão, devendo em seguida notifica-lo da decisão tomada.

**Órgãos Sociais**

**Artigo 10.º - Órgãos Sociais e mandato**

1. Os Órgãos Sociais são constituídos pela Assembleia Geral, Direção e Conselho Fiscal.
2. Podem ser membros dos Órgãos Sociais os Associados efetivos no pleno gozo dos seus direitos.
3. O mandato dos titulares dos órgãos sociais é de 3 anos (Três anos).

**Artigo 11.º - Direção**

1. A Direção é composta por três Membros, um presidente e dois vices – presidentes.
2. Compete à Direção, entre outras matérias, dar execução às deliberações da Assembleia Geral bem como organizar e superintender os serviços de gestão e administração da AEE. Administrar os bens da Associação. Elaborar o Programa Anual e respetivo Orçamento. Proceder à criação dos regulamentos para aprovação em Assembleia Geral.
3. A AEE obriga-se com a assinatura de dois Membros da Direção, uma das quais será obrigatoriamente do Presidente ou, na sua falta ou impedimento, do Vice - Presidente.

**Artigo 12.º - Conselho Fiscal**

1. O Conselho Fiscal é composto por um Presidente, um Vice - Presidente e um Vogal.
2. Compete ao Conselho Fiscal examinar a escrita. Elaborar parecer sobre o Relatório e Contas da Direção. Fiscalizar a legalidade das operações financeiras. Estar presente nas reuniões da Direção, sempre que esta o julgar conveniente, e dar parecer sobre qualquer consulta que por este órgão lhe seja feita.
3. Para validar as contas anuais da AEE, poderá o Conselho Fiscal ser assessorado por uma entidade independente.

## **Assembleia**

### **Artigo 13.º - Assembleia Geral**

1. A Assembleia Geral é constituída pelos Membros efetivos que estejam no pleno gozo dos seus direitos.
2. Para efeitos de deliberação, cada Membro Associado tem direito a um voto e poderá fazer-se representar mediante procuração passada em nome de outro Membro, não podendo este representar mais de dois Membros.

### **Artigo 14.º - Funcionamento da Assembleia Geral**

1. A Assembleia Geral reúne em sessão ordinária, anualmente, para discutir o Balanço, Contas, Parecer do Conselho Fiscal, Relatório da Direção e Programa Anual de Atividades.
2. A Assembleia Geral reúne extraordinariamente quando a Direção, o Conselho Fiscal ou pelo menos 30% dos Membros o requeiram por escrito ao Presidente da Mesa e seja desde logo proposta uma Ordem de Trabalhos.
3. Em qualquer caso, as convocatórias serão feitas por correio eletrónico (e-mail) a cada Membro Associado, com a antecedência mínima de quinze dias, contendo a indicação do dia, hora, local e ordem dos trabalhos da reunião convocada.
4. Em primeira convocatória, a Assembleia não poderá deliberar sem que estejam representados metade e mais um dos Membros. Em segunda convocatória a Assembleia Geral poderá deliberar validamente com qualquer número de Membros.
5. Assembleias Gerais Extraordinárias, que sejam realizadas na sequência de requerimento, terão obrigatoriamente a presença de 90% dos Membros autores do requerimento.

### **Artigo 15.º - Competências da Assembleia Geral**

À assembleia geral compete:

3. Eleger os membros da respetiva Mesa e dos Órgãos Sociais;
4. Deliberar sobre as alterações dos Estatutos, zelar pelo seu cumprimento, interpretá-los e resolver os casos omissos;
5. Apreciar e votar o Relatório e Contas da Direção, bem como o Parecer do Conselho Fiscal, relativo aos respetivos exercícios;
6. Apreciar, votar ou ratificar, nos casos já existentes, sob proposta da Direção e parecer favorável do Conselho Fiscal, qualquer aquisição de bens e serviços de valor superior a 5000 euros;
7. Aprovar, sob proposta da Direção, os regulamentos internos, designadamente o Regulamento Eleitoral, o Regulamento dos Grupos de Trabalho, Regulamento das Quotas;
8. Discutir os atos da Direção e dos Grupos de Trabalho, deliberando sobre eles;
9. Apreciar e votar o programa de atividades proposto pela Direção, bem como o orçamento anual e os orçamentos suplementares, se os houver;
10. Estabelecer, sob proposta da Direção, o valor da taxa de inscrição e quotas a pagar pelos Membros;
1. Sobre proposta da Direção decidir sobre a admissão de Membros honorários;
11. Decidir sobre a dissolução da Associação.

#### **Artigo 16.º - Composição da Mesa da Assembleia Geral**

A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, um primeiro e um segundo Secretários, que substituirão o Presidente nas suas faltas e impedimentos.

#### **Artigo 17.º - Competências do Presidente da Mesa da Assembleia Geral**

Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral:

1. Convocar as reuniões, estabelecer a ordem de trabalhos e dirigir os trabalhos da Assembleia;
2. Assinar as atas com os secretários;
3. Empossar os Membros para os Órgãos Sociais que foram eleitos;
4. Verificar a regularidade das candidaturas e das listas apresentadas nos atos eleitorais a que preside;
5. Despachar e assinar o expediente que diga respeito à Mesa.

#### **Artigo 18.º - Deliberações contrárias à lei ou aos estatutos**

As deliberações da assembleia geral contrárias à Lei ou aos Estatutos em vigor, seja pelo seu objeto, seja por virtude de irregularidades havidas de qualquer espécie na convocação ou funcionamento da assembleia, são consideradas nulas e não produzem quaisquer efeitos.

## **Financeiro**

### **Artigo 19.º - Receitas e despesas**

Constituem receitas da AEE as taxas de inscrição e as quotizações dos Membros Associados, os serviços prestados, os patrocínios das empresas bem como os subsídios, heranças, legados e doações que lhe sejam atribuídos.

### **Artigo 20.º - Taxa de inscrição, quotas e isenção**

1. Taxa de inscrição: O pedido de admissão à AEE só será aceite com o pagamento de uma taxa de **20,00 euros** para o caso dos Diplomados em Engenharia Eletrotécnica e de **5,00 euros** para os Estudantes de Engenharia Eletrotécnica. Os membros honorários estão isentos de taxa de inscrição;
2. Quota: Os Membros Diplomados ficam obrigados ao pagamento de uma quota anual de **20,00 euros** e os Estudantes a uma quota anual de 5,00 euros;
3. Isenções: Como compensação pela colaboração dada à AEE os Membros Fundadores, Membros da Comissão instaladora e Membros dos Órgãos Sociais, ficam isentos do pagamento de taxa de inscrição e quota anual durante o primeiro triénio de vida da AEE com termo em 10 de Fevereiro de 2018.
4. Os Membros isentos de pagamento abrangidos pela isenção podem, caso queiram, liquidar as taxas e quotas, conforme estipulado para os demais Membros.

### **Artigo 21.º - Comparticipação nas despesas**

As despesas resultantes de deslocações ocasionadas pelo cumprimento de deveres assumidos no funcionamento da AEE ou em representação desta, pelos membros dos Órgãos Sociais e Membros colaboradores poderão ser comparticipadas na parte ou no todo pela tesouraria da AEE. Destas despesas serão entregues os respetivos comprovativos ao conselho fiscal o qual ficará encarregue da sua análise, aprovação e registo.

## **Eleições**

### **Artigo 22.º - Data das eleições**

1. A eleição para os Órgãos Sociais da Associação realiza-se preferencialmente durante o mês de Janeiro em dia a determinar e a anunciar pelo Presidente da Direção da AEE.

**Artigo 23.º - Elegibilidade**

1. Só podem ser eleitos para os Órgãos Sociais os Membros efetivos que se encontrem no pleno gozo dos seus direitos.
2. Não podem ser eleitos os Membros que tenham em atraso as suas quotas nos seis meses anteriores à data fixada para a realização das eleições.

**Artigo 24.º - Voto**

1. Apenas os Membros efetivos com inscrição em vigor e no pleno exercício dos seus direitos têm direito de voto.
2. O voto é secreto, podendo ser exercido pessoalmente, por meios eletrónicos quando previsto, ou por correspondência, dirigido, conforme o caso, ao Presidente da Direção.

**Artigo 25.º - Caráter eletivo e temporário do exercício dos cargos sociais**

1. Não é admitida a reeleição de titulares dos órgãos da Associação para um terceiro mandato consecutivo, para as mesmas funções.
2. O impedimento de renovação do mandato referido no número anterior não se aplica ao mandato que tiver tido uma duração inferior a um ano.
3. Os titulares de qualquer órgão só podem ser eleitos para o mesmo órgão decorrido o período de um mandato completo após a cessação de funções no órgão em causa.
4. A eleição para o cargo de Presidente da Associação é feita em simultâneo com a eleição para os restantes órgãos.

**Artigo 26.º - Eleição e ratificação**

Os membros da Mesa da Assembleias Geral e do Conselho Fiscal serão eleitos, para cada mandato, pela Assembleia Geral, em escrutínio secreto, sob proposta de, pelo menos, um terço dos Membros efetivos.

**Artigo 27.º - Eleições ordinárias e extraordinárias**

1. As eleições para os órgãos sociais são ordinárias e extraordinárias.
2. As eleições ordinárias destinam-se a eleger os membros dos órgãos da AEE para mandatos completos.



3. As eleições extraordinárias visam a designação de membros para o preenchimento de lugares vagos.

## **Outros**

### **Artigo 28.º - Dissolução**

1. É da exclusiva competência da Assembleia Geral a deliberação sobre a dissolução e liquidação da AEE, nomeação de liquidatários e quaisquer decisões pertinentes.
2. A Assembleia Geral referida no número anterior só poderá deliberar validamente com voto favorável de pelo menos três quartos dos Membros efetivos.

### **Artigo 29.º - Omissões**

Em tudo o que os presentes Estatutos estejam omissos, inclusive na composição, competência e forma de funcionamento de quaisquer órgãos da Associação, aplicar-se-ão as normas legais supletivas, designadamente os artigos 157º e 184º do Código Civil.

1ª Edição

PORTO - 2015